

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E CAMPESINATO NO  
ASSENTAMENTO SANTA OLGA NO MUNICÍPIO DE NOVA  
ANDRADINA/MS**

*TERRITORIAL DEVELOPMENT AND CAMPESINATE IN SANTA OLGA  
SETTLEMENT IN MUNICIPALITY OF NOVA ANDRADINA / MS*

**Fabiano Greter Moreira**

**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS  
Campus de Nova Andradina - CPNA  
fabiano.greter@ufms.br**

**RESUMO**

As relações que permeiam o campo fazem com que as pessoas que estão inseridas neste cenário, promovam novas significações em seu desenvolvimento territorial, sobretudo, no campesinato. Ao se tratar de características do campesinato, abordadas dentro de um assentamento rural, várias são as perspectivas de desenvolvimento territorial dos lotes e dos assentados. O objetivo do trabalho é apresentar perspectivas de um olhar mais intrínseco dos assentados, sobre a ótica do desenvolvimento territorial em face ao campesinato. Por meio, de um estudo de caso, busca-se levantar e caracterizar fatores determinantes das relações de produção e desenvolvimento, mediante amostra no assentamento Santa Olga, no município de Nova Andradina/MS. Dentre os resultados obtidos, observou-se que, o trabalho em família é um fator predominante no assentamento, ligado as operações na produção dos lotes, bem como, a composição familiar e as atividades não agrícolas, como forma de permanência no campo.

**Palavras-chave:** Campo; Relações; Territórios.

**ABSTRACT**

The relations that permeate the field make, people are embedded in this scenario, promote new meanings in their local territorial development, especially the peasantry. When dealing with the peasantry characteristics, addressed in a rural settlement, add to the understanding of local development prospects of lots and the settlers. The objective is to present prospects for a more intrinsic look of the settlers on the perspective of territorial development in relation to the peasantry. By means of a case study, we seek to raise and characterize determinants of production and development of relations through sample in the settlement Santa. Olga, in Nova Andradina / MS. Among the results, it was observed that the family work is a predominant factor in the settlement, on the operations in the production of lots as well as family composition and non-agricultural activities as a way to stay in the field.

**Keywords:** Field; Relations; Territories.

## INTRODUÇÃO

Muitas nomeações e denominações são atribuídas ao homem do campo, contudo, estudar os seus modos de produção e suas relações, ainda, merece uma atenção mais aprimorada. As relações de produção, rendimentos e o desenvolvimento territorial no campo são particulares e peculiares de cada região e/ou localidade, conforme aponta os estudos de Martins (1980). A economia regional de um município provém de atores sociais que precisam satisfazer suas necessidades, seja do meio urbano ou rural. Os produtores e seus familiares geram oportunidades de negócios, e, quando estes cenários são os assentamentos rurais, vários elos consistem desta rede de desenvolvimento. O potencial de desenvolvimento territorial dos assentamentos rurais na região que estão inseridos geram grandes expectativas ao comércio local.

Os processos de desapropriação de terras para criar projetos de assentamentos, povoando um local, antes tido como improdutivo, para fomentar uma política de reforma agrária, e, conseqüentemente, a produção de alimentos, é o marco de uma transformação no território rural. Ao lembrar que Silva (2001) dizia que os “sem-sem” e/ou “velho rural atrasado” na década de 1990, os assentamentos rurais atualmente representam não somente fontes de desenvolvimento aos assentados, mas fornece relações comerciais e o fortalecimento de toda uma rede territorial em seu entorno.

Para Leite (2004, p. 28), “os assentamentos não só geram empregos, mas, aumentam o nível de renda das famílias assentadas, com reflexos na economia municipal e regional, transformando em diferentes proporções, as relações sociais e de poder local”. Os assentamentos rurais estabelecem novas dinâmicas na área de saúde, educação, transporte, insumos agrícolas/produção, entre outros, além de impactos nos processos de mudanças no âmbito social, econômico e político da região instalada (LEITE, 2004). Entretanto, Navarro (2001, p. 92) comenta que existem diversas “questões regionais”, cujas propriedades rurais fossem enfocadas corretamente a partir de suas especificidades, elas poderiam gerar um padrão interdependente de desenvolvimento rural no país, visando melhorar as condições de vida no campo.

Percebe-se que os modos de produção do campesinato, estão no centro de pesquisas e discussões sobre as tratativas dos estudos em Projetos de Assentamentos no Brasil. Além dos modos de produção, o seu desenvolvimento territorial segue aliado ao modo de vida dos assentados, não somente como agricultor familiar, de maneira econômica, a qual está alocado em sua categoria de produção e de políticas públicas atualmente, mas, a composição de suas famílias, produção no campo e seus rendimentos dentro das características do campesinato, descritas por Shanin (2005) e entre outros autores.

A pesquisa traçou uma exposição de modos de produção e desenvolvimento territorial de um assentamento rural. Objetiva-se com o texto, apresentar discussões relacionadas a temática que, se entrelaçam nos assentamentos rurais. Investigar um assentamento rural, priorizando seus meios de produção, as aptidões e os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo/vida, é o que diferem cada assentado do outro, sendo ainda, realizado um estudo de caso em um assentamento no interior do estado de Mato Grosso do Sul. Note que, as relações familiares e sociais dos assentados, são construídos por meio de características próprias, formando um desenvolvimento territorial em seus lotes e a comunidade local/regional em que residem.

## PERSPECTIVAS DO CAMPESINATO NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DOS ASSENTAMENTOS

As populações camponesas são portadoras de um acervo cultural extremamente rico, um enorme conhecimento a respeito da biodiversidade, constituindo em importantes atores para o desenvolvimento de novas tecnologias e o futuro no meio rural, em seu espaço e território que habitam, segundo aponta Porto Gonçalves (2009).

Para Oliveira (2007), o campesinato é entendido

como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e) migrações (OLIVEIRA, 2007, p. 08).

Nas palavras de Shanin (2005), a economia dos camponeses se caracteriza por formas extensivas de trabalho familiar, pela gestão e controle dos próprios meios de produção, uma economia de subsistência e demais qualificações ocupacionais. A maneira como demonstra quanto às condições da vida produtiva camponesa, os camponeses se moldam de acordo com o assentamento/lote, diante do seu ecossistema, por meio de um equilíbrio particular entre agricultura e manufatura. Segundo Chayanov (1974), a produção camponesa está ligada a cultura familiar, que com sua força de trabalho, buscam a permanência na terra e satisfação de suas necessidades.

Woortmann (1990) entende o campesinato por meio da campesinidade, que o centro da propriedade é a família, com sua forma de vida e trabalho, sem focar nos fatores de produção descritos por Chayanov (1974), mas um olhar não linear, um local de troca de experiências, lugar de morada, de ser dono de um pedaço de terra, seja ele no sítio ou colônia, alicerçados em categorias comuns dos camponeses, como terra, família e trabalho, que estão ligadas diretamente aos assentados de reforma agrária.

Para Martins (1980) ao tratar-se de sua obra *sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária*, o autor nos apresenta que, “um instrumento fundamental de produção é a terra” (p. 159), e um dos dispositivos dos assentados é a sua força de trabalho, que produzem o fruto da terra. A luta pela terra pelos assentados está interligada com a produção de sua força de trabalho no campo. Características estas que, são particularidades não somente dos assentados, mas, dos camponeses, que juntamente com suas famílias, buscam explorar suas áreas de terra, com o objetivo de promover seu desenvolvimento e permanência no campo (WOORTMANN, 1990).

De acordo com Shanin (2005), a exploração intercamponesa e interaldeias mostra, uma vez mais, formas e direções de desenvolvimento territorial específicas. Os vínculos estabelecidos entre os movimentos de oferta/demanda/preço dentro das sociedades mercantis mudam consideravelmente nas populações massivamente camponesas. Para Schneider (2003), a pluriatividade é decorrente de fatores externos aos pequenos produtores e esta prática, de diferentes atividades, depende das decisões dos responsáveis da família. Como, por exemplo, o mercado de trabalho não agrícola, que mantém a moradia no campo, ligada à unidade produtiva e a vida no espaço rural, assumindo formas distintas de reforço de renda na unidade de produção familiar, ou até mesmo, optando pelo abandono da atividade agrícola. Esta prática pode ser evidenciada em estudos realizados em propriedades rurais na Suécia, por Hansson *et al.* (2013), a influência da família para a diversificação dos negócios, sendo ela considerada essencial para melhorar o crescimento econômico rural, o emprego e a migração dos produtores.

Os autores ressaltam que, a pluriatividade do agricultor em buscar atividades geradoras de renda e em operações não agrícolas proporciona maior estabilidade e meios de subsistência para ele e sua família.

Em síntese, Bergamasco e Norder (1996) destacam que o assentamento rural é uma das formas objetivas de se fazer reforma agrária, acreditando eles que, de maneira genérica, os Assentamentos Rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais, visando à equalização do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra e/ou característicos camponeses.

## **PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM ASSENTAMENTOS RURAIS**

Para Amaral Filho (2009), as teorias no campo da Ciência Econômica Regional desenvolveram-se na década de 1950, com conceitos e estratégias de desenvolvimento regional, os quais atraíram a atenção dos sistemas de planejamento nos anos de 1960. O autor destaca que, o desenvolvimento regional é um processo de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de fluxo da região, cuja divisão é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a condução de excedentes provenientes de outras regiões, processo que tem como resultado, a ampliação do emprego, do produto e da renda local e/ou da região. O papel dos agentes locais (atores protagonistas) é um fator decisivo no desenvolvimento, são determinantes nos estudos específicos das particularidades e de suas dinâmicas organizacionais territoriais locais.

Segundo Martins (2002, p. 53), [...] “o verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente” e não somente participante do desenvolvimento. Isto implica rever a participação das pessoas em todo o processo (do planejamento à ação), devendo resultar tanto em melhorias efetivas das condições materiais de vida como assegurar a continuidade do processo. Furtado (1964, p. 29) destaca que: “[...] o desenvolvimento é um processo de mudança social, pelos quais crescentes necessidades humanas preexistentes ou criadas pela própria mudança são satisfeitas por meio de uma diferenciação do sistema produtivo, decorrente de novas experiências de vida”. Diante da importância dos territórios rurais no campo social e econômico, mais especificamente dos assentamentos rurais, Schneider (2010, p. 523) denota que as “condições e possibilidades do desenvolvimento rural e a alteração das condições de vida das populações, esbarra em mecanismos de dominação social e cultural que são construídos historicamente, e, por elites locais”.

Ao se instalarem em seus lotes, cada assentado se transforma em “[...] agentes da economia e do desenvolvimento”, os quais, por meio de oportunidades sociais adequadas, de liberdades políticas e de facilidades econômicas podem efetivamente moldar fronteiras, construir novos caminhos e participar ativamente da sociedade, contribuindo, assim, na melhoria dos padrões de vida e no desenvolvimento econômico da comunidade a qual pertence sua liberdade, de acordo com os estudos de Amartya Sen (2000, p. 02).

Ao tratar da abordagem territorial no espaço de assentamentos rurais, citados por Schneider (2004), Raffestin (1993) comenta que espaço e território não correspondem ao mesmo valor geográfico, pois o território se forma a partir de um determinado espaço, construído por qualquer ator; já o espaço é dado, ou seja, um local de

possibilidades que o ator pode praticar ou manifestar sua intenção de se apoderar dele. Comenta ainda que, espaço é representado pelo modo de produção e suas utilidades sociais, construídas nas relações de poder de cada sistema topográfico. Este território produzido no espaço possui um limite, que é manifestado em uma determinada área em que é preciso delimitar as operações de acordo com as relações estabelecidas entre o espaço e os atores envolvidos.

No mesmo sentido dos estudos de Raffestin (1993), Santos (1996) destaca o espaço geográfico como uma ordem técnica científica informacional, por meio das ações globalizadas, constituindo uma razão global e uma razão local. Estas razões no espaço globalizado transportam o universal ao local, através da transformação e intervenção de interesses unilaterais, que afetam a sociedade e seu território, em diversos pontos informacionais, como os pontos econômicos, sociais, políticos e culturais, ações percebidas enquanto desterritorializadas, pois o mundo é um conjunto de possibilidades, estando sujeito às oportunidades e às condições locais.

Segundo Haesbaert (2001), a territorialidade ou territórios são vistos como uma localização num espaço físico, com identidade cultural e controle espacial onde vivem, conforme suas relações de poder e estratégias identitárias, divididas entre suas relações políticas, econômicas, culturais e sociais, ordenadas no espaço local no qual as pessoas estão inseridas. A partir do momento que a lógica territorial ultrapassa seus limites e fronteiras, Raffestin (1993), define como desterritorialização – entendida enquanto uma superação do espaço pelo tempo. É, pois, nestas relações de poder que se estabelecem a luta pela terra e as analogias envolvendo os aspectos referentes ao desenvolvimento rural nas propriedades dos assentamentos.

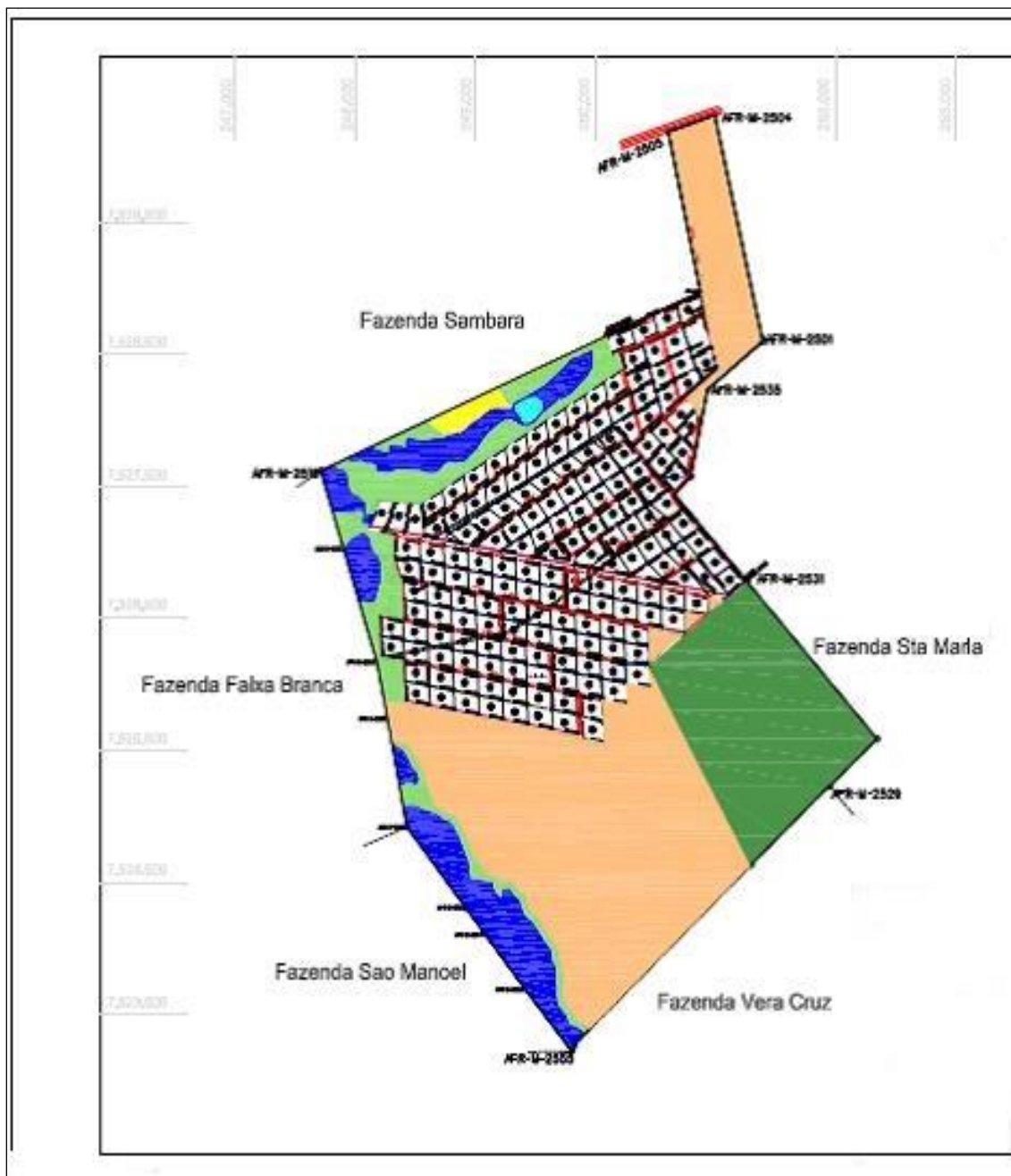
## **METODOLOGIA DE PESQUISA**

O trabalho se trata de análises qualitativas e quantitativas de pesquisas realizadas por Moreira (2014), por meio de um estudo de caso no assentamento Santa Olga. Apresentado uma revisão bibliográfica, sob a ótica do desenvolvimento territorial no campesinato, entrelaçando suas perspectivas e características camponesas aos assentados.

A área de pesquisa refere-se ao Projeto de Assentamento Santa Olga, o último Assentamento a ser criado no município de Nova Andradina. Teve suas origens com a desapropriação por parte do INCRA e foi instituído em junho de 2004, num total de 170 lotes, e uma área de 1.492,5021 hectares, estando localizado na Rodovia MS 276, KM 167 que liga Nova Andradina à cidade de Ivinhema. A área anterior foi desapropriada e sua antiga origem era a Fazenda Santa Olga, de propriedade de José Lemes Soares (INCRA, 2012). O Projeto de Assentamento Santa Olga possui 2,33% de área do município de Nova Andradina e em torno de 08 ha cada lote, que são formados pelos sítios individuais e área comum dos assentados.

O Projeto de Assentamento Santa Olga está dividido em 170 lotes, com média por lote, considerando os sítios individuais de 3,42 ha (hectare) por propriedade e área comum a ser explorada pelos assentados, entretanto, essa área se encontra individualizada, porém, grande parte dela está arrendada por produtores do Assentamento e fora dele em meio a divisões não adequadas, uma vez que o INCRA não realizou a distribuição correta desta área, que seria em torno de 2,78 ha por assentado, de acordo com as informações contidas no Mapa do Assentamento (INCRA, 2009).

Na Figura 1 pode-se conhecer a amplitude do Projeto de Assentamento Santa Olga, com suas divisões de lotes, áreas de preservação legal, o societário e sua dimensão territorial e de divisas.



**Figura 1:** Mapa do Projeto de Assentamento Santa Olga em Nova Andradina/MS.  
**Fonte:** Adaptado a partir de Moreira e Schindwein (2015).

#### TIPO DE PESQUISA E FONTE DE DADOS

Para esta pesquisa definiu-se por realizar um estudo de caso, que de acordo com Yin (2001), diante de análises qualitativas e quantitativas abordadas por Creswell (2010). Moraes (1999) apresenta uma descrição e interpretação das informações das classes de documentos e textos da pesquisa de campo, por meio da “análise de conteúdo”. A partir disso, este estudo possui caráter qualitativo, complementado por Revista Desenvolvimento Social Nº 20/01, 2017. (ISSN 2179-6807)

dados quantitativos, utilizando-se de documentação e pesquisa de campo, com questionários e entrevistas.

A população foi estudada por meio do cálculo do tamanho da amostra e o número de questionários, que deveriam ser aplicados à população da região em análise, conforme método estatístico de Gil (2008). A amostra seria de 120 questionários neste estudo, no entanto, somente em 90 lotes sorteados foram possíveis à aplicação de questionários e entrevistas, posto que em 29 propriedades não foi encontrado o responsável da família, que não moravam no lote, segundo vizinhos, o que corresponde a 24,16% do total da amostra. Além disso, houve 01 proprietário que não aceitou participar da pesquisa (este vive em total isolamento no lote, inclusive, não possui família e a propriedade se encontra em total abandono). Para a realização da pesquisa no PA Santa Olga foram feitas visitas às propriedades rurais, e aplicados os questionários no período de maio a julho de 2014. Logo, foi encerrada a pesquisa de campo, com 90 questionários aplicados.

Por fim, destaca-se que as informações obtidas foram processadas com a utilização do software Statistical Package for the Social Sciences - SPSS. A análise e interpretação dos dados coletados foram realizadas conforme o método descritivo, utilizando-se, ainda, de técnicas de análise tabular e gráfica.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Abordaram-se as perspectivas do desenvolvimento territorial local em face do campesinato, como seus modos de produção e suas características camponesas, descritas pelo responsável do lote no Assentamento Santa Olga, tais como: composição familiar, fontes de rendimento, meios de produção e sua comercialização. Um fator de extrema relevância foi a grande quantidade de lotes que deveriam ter sido entrevistados e que não possuíam moradores, em torno de 25% dos lotes pesquisados, revelando que características como moradia não se fazem presente nestas localidades, pois, umas das identidades do campesinato é o estabelecimento de morada no campo, conforme estudos de Woortmann (1990) e Shanin (2005).

Em relação às famílias que moram nos lotes do Assentamento, verifica-se uma maior predominância de 02 a 04 pessoas por residência. Sobre a composição familiar, destaca-se: esposa, esposo, filhos, pai, mãe, irmãos, sogra, sogro, noras, genros, netas e netos morando no mesmo lote (MOREIRA; SCHLINDWEIN, 2015). Além disso, em sua maioria, são aposentados/pensão, chegando a 59% do total e os demais são formados por separados com filhos, viúvas com netos e irmãos, sendo considerados apenas os residentes nos lotes, reforçando a ideia de “família” descrita por Shanin (2005).

O período de moradia no Assentamento, entre 03 e 09 anos, chega a mais de 90% dos assentados. No que se refere às origens dos produtores residentes no Assentamento, verificou-se, com a pesquisa, que 31,1% são naturalizados no estado de Mato Grosso do Sul (MS), 35,6% migraram do estado de São Paulo (SP) e 11,1% do estado do Paraná (PR), estados estes que fazem divisa com Mato Grosso do Sul. Os demais produtores, em menor número, são migrantes de regiões como Alagoas (AL), Bahia (BA), Ceará (CE), Minas Gerais (MG), Pernambuco (PE), Rio Grande do Norte (RN), Rondônia (RO) e Sergipe (SE), atestando os estudos de Oliveira (2007), quando se refere que o camponês vai e volta para a terra, em forma de “migração” de suas origens.

A população do assentamento rural é formada por vários atores sociais, que possuem relações sociais e costumes diversos, em virtude de suas regiões de origem, bem como, a desterritorialização no espaço pelo tempo, de acordo com estudos de Raffestin (1993), contribuídos por Santos (1996), que cita que o transporte do espaço geográfico, ao território local, forma um conjunto de oportunidades naquele novo ambiente.

O envelhecimento da população residente no Assentamento Santa Olga é acrescido de uma quantidade significativa de pessoas com pouca força de trabalho. Em muitos casos, os produtores relatam: “não aguento mais trabalhar; estou cansado; tem pessoas que são mais novas e não tem coragem”, conforme os estudos de Moreira e Schlindwein (2015). Martins (1980) descreve que a força do trabalho é a sua identidade como vida no campesinato, lhe traz dignidade e conforto para sua família, e ainda, a sua identidade cultural e social relacionada ao campo, como bem salientou Haesbaert (2001).

O trabalho fora da propriedade no assentamento Santa Olga se mostra como uma forma de sobrevivência de alguns donos de lotes, pois 36,7% dos assentados possuem trabalhos externos, alegando que “se não trabalhar fora do lote, morrem de fome”, como: motorista, auxiliar de produção, desossador, servente de pedreiro, tratorista, operador de máquinas, vendedor de roupas, doméstica, mecânico, além de atividades desenvolvidas no próprio assentamento, como diárias e demais construções; e 63,3% trabalham apenas no lote (MOREIRA; SCHLINDWEIN 2015). Shanin (2005) relata que, a exploração intercamponesa, busca melhorar as condições de vida da família, e agregar mais renda no campo/lote. Os rendimentos de aposentadoria/pensão chegam a 50% do total, além disso, em 38,9% dos lotes há algum tipo de rendimento proveniente de atividades não agrícolas. Para Schneider (2003) e Hansson et al. (2013), a pluriatividade e a diversificação dos negócios é decorrente de fatores externos aos pequenos produtores e esta prática, de diferentes atividades, como o mercado de trabalho não agrícola, que mantém a moradia no campo, ligada à unidade produtiva e a vida no espaço rural, assumindo formas distintas de reforço de renda na unidade de produção familiar.

As unidades de produção para Chayanov (1974), além de satisfazer as necessidades da família, sustentam a vida no campo. A força de trabalho familiar e a produção cultural da família enquanto valor traduz um valor-família no campo, de acordo com Woortmann (1990), e o grupo doméstico camponês reflete, nitidamente, basear-se na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social, segundo Shanin (2005). Proporcionam aos assentados, o direito de produzir na terra, e, dentre as atividades que geram rendimentos, a mandioca é uma das culturas mais desenvolvidas pelos assentados, com 48 produtores (53,3%), em seguida o leite, com 34 (37,8%) e a hortifruticultura com 33 produtores (36,7%), formando a base de sustentação na produção do lote e demais atividades subsequentes, como criação de animais (aves, suínos, bovinos), entre outros (MOREIRA; SCHLINDWEIN, 2015).

Consolidando os estudos de Woortmann (1990), Oliveira (2007) e Shanin (2005), o lote é uma morada tranquila aos responsáveis, que pretendem ficar até o fim da vida, gostam do campo: “vender, eu não quero”; “tem que ficar até fim, até a morte”; “vender jamais”; “enquanto eu estiver vivo, irei morar no campo”; “não pretendo vender; o destino fica com a família”. Relatos como esses mostram que, o desenvolvimento territorial em face do campesinato em um assentamento rural é constituído por relações e características semelhantes, permeadas por questões de condições próprias de cada ambiente/localidade, seja no âmbito familiar, cultural e



social, e acima de tudo, um apreço com a terra, e a força de trabalho como garantia de sustentação no campo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo buscou apresentar perspectivas relacionadas ao desenvolvimento territorial local em face do campesinato, aplicadas ao Projeto de Assentamento Santa Olga, localizado no município de Nova Andradina/MS. Para tanto, ressaltou a visão do responsável pela família, que é o formador de opinião e o detentor de condutas das atividades no campo.

As características do campesinato se tornam presentes no modo de produção dos assentados, que se relacionam em seus meios de produção, rendimentos familiares e conduta das atividades dentro do lote. A participação da família nos assentamentos rurais deixa evidente que, as características camponesas, são propulsoras da atual conjuntura de desenvolvimento territorial dos assentados. A busca por melhores rendimentos fora do campo, não desconfigura o campesinato, uma vez que, as atividades não agrícolas contribuem para a permanência do assentado no campo.

Os assentamentos rurais possuem desafios em seu meio econômico e de produção, pois, o mercado para os assentados impõe diretrizes comerciais e legais, que precisam ser alinhadas de acordo com a demanda da região. Mas, quando se trata da família, terra e trabalho, os assentados atribuem a vida no campo, como paraíso, lugar para se viver bem, ar puro, entre outros adjetivos, que caracterizam o campesinato, mais do que simplesmente um negócio/categoria de produtores, mas, um modo de vida familiar, de trocas de experiências e desenvolvimento da região/localidade a qual está instalado.

O texto permite contemplar uma temática que, em sua maioria esquecida e até desconhecida pelos próprios assentados, em meio as atuais conjunturas estruturais de reforma agrária, que permeiam apenas assuntos comerciais e econômicos, que por outro lado, intrinsecamente nos revelam em seus costumes, tradições, relações sociais e modos de produção característico do campesinato, ainda, persiste no cotidiano dos lotes dos assentamentos rurais brasileiros, e, contribuem para o desenvolvimento territorial a qual estão inseridos.

## **REFERÊNCIAS**

AMARAL FILHO, J. do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, IPEA, 2009.

BERGAMASCO, S. M. P. P; NORDER, L. A. C. **O que são Assentamentos Rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

CHAYANOV, A.. La organización de la unidad doméstica campesina. **Buenos Aires, Argentina. Ediciones Nueva Visión**, 1974.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FURTADO, C.. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Univ of California Press, 1964.

HAESBAERT, R.. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 3. p. 1769-1777, 2001.

HANSSON, H. *et al.* Farmers' motives for diversifying their farm business—The influence of family. **Journal of Rural Studies**, v. 32, p. 240-250, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul. **Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária: Imóvel Projeto de Assentamento Santa Olga. Campo Grande/MS**, março de 2009. Protocolo nº 278, INCRA/UAD/MS, 14/04/2014, Dourados/MS.

LEITE, S. P.. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Unesp, 2004.

MARTINS, S. R. O.. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. 5, p. 51-59, 2002.

MARTINS, J. de S.. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. **Encontros com a civilização brasileira**, v. 3, p. 22, 1980.

MORAES, R.. Análise de conteúdo. **Educação**, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOREIRA, F. G.; SCHLINDWEIN, M. M.. Os Desafios dos Assentamentos Rurais em Face ao Desenvolvimento Local: um Estudo de Caso no Assentamento Santa Olga, no Município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul. **Revista ORG & DEMO**, v. 16, n. 1, 2015.

\_\_\_\_\_. Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul. **Revista Nera**, ano 18, nº 29, 2015, pp. 151-173.

MOREIRA, F. G.. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul**. Dissertação de Mestrado. Dourados/MS: UFGD, 2014.

NAVARRO, Z.. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

OLIVEIRA, A. U.. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

PORTO GONÇALVES, C. W.. O Latifúndio Genético e a R-existência Indígena-Camponesa. **GEOgraphia**, v. 4, n. 8, p. 30-44, 2009.

RAFFESTIN, C.. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M.. A natureza do espaço. **Técnica e tempo. Razão e emoção**. v. 2 – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Edusp, 1996.

SEN, A. K.. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. UFRGS Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.

SHANIN, T.. A definição de camponês: conceituações e desconceituações—o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, n. 7, p. 1-21, 2005.

SILVA, J. G. da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

WOORTMANN, K.. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico**, v. 87, p. 11-73, 1990.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

**Recebido para publicação em 4 de maio 2017**  
**Aceito para publicação em 30 de maio de 2017**